

Laurita Vaz determina buscas em investigação de esquema no TJ-RS

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal cumprem, na manhã desta quinta-feira (30/9), mandados de busca e apreensão em endereços em Porto Alegre e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Ao todo, três investigados são alvos dos mandados, que não incluem prisões.



O objetivo da medida cautelar, determinada pela ministra

Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, é colher elementos para instrução de inquérito instaurado para apurar supostos crimes como corrupção e venda de decisões judiciais envolvendo integrante do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

De acordo com o pedido do MPF, assinado pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, os indícios de prova a respeito do comércio de decisões do TJ-RS são "consistentes e diversificados", apresentando conexão com investigações da apelidada operação barbeiro, que tramitou na 3ª Vara Criminal da Comarca de Venâncio Aires.

As evidências são oriundas de "fontes independentes que convergem para a prática de condutas criminosas, especialmente do grande volume de transações financeiras suspeitas pelos investigados no período sindicado, cuja origem pode ser a negociação de decisões judiciais", justifica o MPF. *Com informações da assessoria de imprensa do Ministério Público Federal.*

Autores: Redação ConJur